

“Novo” sindicalismo e política: politização e multiposicionalidade dos dirigentes do SMABC (1972-2005)

André Luis Corrêa da Silva<sup>1</sup>

A emergência de organizações com militantes de várias matizes na segunda metade dos anos 1970 e durante os anos 1980 representou não apenas “novas” formas de atuação para os inúmeros militantes sindicais que debutavam naquele momento, mas uma inquietação nos estudiosos dos movimentos sociais.

Parte considerável do arcabouço teórico que os cientistas sociais utilizavam para compreender temas como sindicalismo passou a ser considerado incapaz de compreender aquelas que eram apresentadas como “novas” modalidades de ação. A eclosão de uma série de greves na região do ABC Paulista<sup>2</sup> no final da década de 1970, justamente naquela que era considerada a parte mais dinâmica e moderna da indústria brasileira, a automobilística, surpreendeu simultaneamente o governo, a ditadura civil-militar, o empresariado e os cientistas sociais.

Boa parte das interpretações sociológicas sobre o fenômeno discutia a falta de consciência do operariado, o cotidiano dos operários e, para o caso dos trabalhadores da indústria automotiva, as condições diferenciadas e o aparecimento do que denominavam de aristocracia operária. A mobilização e as greves lideradas pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema contrariavam todas as expectativas, sobretudo, daqueles investigadores que faziam uma leitura mais superficial do marxismo. De outra parte, elas representaram da mesma forma um caráter de novidade para a grande imprensa no período que, mesmo limitada pela presença da censura, acabou repercutindo o aparecimento em “cena” de um novo sindicalismo.

Para os dirigentes que ganhavam visibilidade na região do ABC, sua prática deveria ser de confronto direto com essas lideranças cooptadas, pejorativamente denominadas de “pelegos”. Não era, portanto, apenas entre dirigentes ligados ao Partido

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharelado em História.

<sup>2</sup> A região do ABC paulista compreende sete municípios localizados no Estado de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá. Embora o sindicato fosse denominado de Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, adotamos daqui para diante a denominação assumida após 1996 de Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, ou para melhor comodidade a sigla SMABC.

Comunista e às várias linhas de atuação que incluíam organizações clandestinas de esquerda que os dirigentes saídos do Sindicato dos Metalúrgicos opunham-se. Mais do que em oposição a esses foi no confronto com os dirigentes atrelados à estrutura corporativa do Ministério do Trabalho que os atributos do “novo” ganharam significado.

Ao propugnar as diferenças em relação aos dirigentes sindicais do pré-1964 e constituir-se como uma inovação em termos de agenda, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema transcenderam os propósitos dos discursos que enunciavam. Para além das diferenças expressas na oposição entre uma militância que se dizia surgida do “chão da fábrica” contra uma voltada à busca de recompensas e vantagens, do apoliticismo aparente em oposição à militância orgânica no PC, ou de uma militância atrelada, os dirigentes do sindicato, especialmente naquele contexto, consolidaram-se como o extremo oposto a seus adversários.

A ênfase na militância sindical, a agenda voltada contra a estrutura corporativa, a ligação com as bases, a retomada da greve como repertório de ação coletiva e o aparente afastamento da política-partidária apareciam como corolários da luta sindical desses dirigentes no período.

Essa contraposição do “novo” ao sindicalismo do pré-1964, o reducionismo do conflito entre os autodenominados autênticos e os pejorativamente chamados de “pelegos” não permite questionar as continuidades e as aparentes rupturas. Afinal, quem eram os dirigentes do sindicato no período de redemocratização? Quais características os diferenciavam dos demais? E quais aproximavam? O sindicalismo defendido por eles tornou possível um sindicalismo de negócios no Brasil? O apoliticismo garantiu a existência de esferas distintas entre a política partidária e a atividade sindical? Questões como essa não pontuam a agenda de pesquisa pelo fato de que os próprios agentes envolvidos naquela conjuntura encarregaram-se de fornecer as respostas.

A fundação do Partido dos Trabalhadores, e mais tarde da Central Única dos Trabalhadores, garantiu um espaço político de militância e atuação e uma ampliação da própria ação sindical. Mais do que nunca a atividade sindical e a política partidária imiscuíram-se. Se uma parcela dos dirigentes sindicais das décadas que antecederam o golpe civil-militar atuava dentro do PC e da CGT, no novo contexto o pertencimento a

diversas organizações seguiu a regra, ainda que as razões não permanecessem as mesmas.

Considerando-se a constante disputa por recursos e pelas limitações intrínsecas na sua obtenção, tanto o engajamento em uma organização quanto o processo de produção de identidade coletiva, foram relevantes para a afirmação dos interesses produzidos pelos indivíduos. Conseqüentemente, ambos os processos foram fundamentais para a efetiva participação política e definição de repertórios de ação coletiva<sup>3</sup>, de estratégias e uso dos recursos coletivos por parte dos dirigentes do sindicato.

Com esse objetivo, analisamos os processos de socialização, os recursos detidos e disputados pelos dirigentes, as estratégias e as escolhas adotadas e como esses fatores foram importantes para demonstrar as possibilidades de utilização dos recursos quanto às diferentes trajetórias (militantes).

A assimetria na distribuição dos recursos entre os indivíduos é o que definiu sua posição no campo de lutas onde esses recursos faziam sentido e podiam ser reconvertidos. É, portanto, no local da militância que devemos encontrar não apenas os elementos que apontam para as lutas de concorrência pelos recursos valorizados naquele meio, mas também para a validação ou não desses recursos obtidos, especialmente através do capital militante para reconversão em uma melhor posição no espaço social<sup>4</sup> de concorrência.

Com a finalidade de avançarmos nessa discussão, reconhecemos que o capital militante tenha características específicas, em grande parte, adquiridas no campo político (MATONTI; POUPEAU, 2004) e que, assim como definiu GAXIE (2005), a passagem por instituições sociais serviu como um substitutivo para o capital escolar e que passou a orientar a ação no meio político. Esses indivíduos, ao tornarem-se “porta-

---

<sup>3</sup> A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (TILLY, 1995, p. 26). Enfim, os repertórios dizem respeito aos meios utilizados para que determinados grupos façam avançar a defesa de seus interesses. (TILLY, 1994, p. 102).

<sup>4</sup> Entendemos espaço social na concepção desenvolvida por Passeron (1994), segundo a qual os agentes sociais distinguem-se neste espaço tanto através de processos de identificação, quanto pela acumulação de capital simbólico. O que nos interessa é perceber o espaço social enquanto caracterizado por uma distribuição desigual de recursos.

vozes”, constituíram-se em empresários políticos (TILLY, 2004) que assumiram a representação de indivíduos social e culturalmente despossuídos e que, por essas razões, contavam com recursos precários para o domínio dos códigos dominantes.

No estudo que realizamos tratamos da militância e do engajamento em uma realidade particular, das sociedades periféricas. Considerando-se a particularidade dessa militância e engajamento, buscamos apreender em uma determinada configuração histórica os condicionantes que permitiram que indivíduos engajados e militando em uma organização sindical tenham produzido mecanismos de politização e uma estrutura multiposicional. Além disso, conquistaram condições que lhes permitiram maximizar as retribuições da militância. Dentre as quais, destacamos desde a liberação do local de trabalho e o engajamento na burocracia do sindicato até a reconversão de capital militante em capital político. A primeira das retribuições citadas está conectada a segunda, na medida que permitiu a aquisição de um *habitus*, um aprendizado que facilitou o ingresso no meio político partidário. A disputa pelos recursos, os investimentos, a conquista de capital militante e sua reconversão foram fundamentais para obtenção de um lucro simbólico pelo engajamento e militância. Esse foi sem dúvida o ponto alto em termos de retribuição.

Esses dirigentes foram analisados a partir de processos históricos concretos: a conjuntura crítica deflagrada com o processo de abertura em 1974 e o pós-ditadura civil-militar que inaugurou a Nova República. O ciclo de protesto que iniciou em 1974 teve a incidência inquestionável dessas lideranças oriundas da militância sindical, especificamente, ligados ao SMABC. Através da sua militância e utilizando-se dos recursos disponíveis, esses dirigentes se destacaram durante a conjuntura crítica. Diferentemente das lideranças sindicais do período que mobilizavam recursos utilizando-se dos canais de interlocução dentro do Estado através do Ministério do Trabalho, esses dirigentes notabilizaram-se justamente por se oporem a estrutura sindical vigente. As inúmeras possibilidades ofertadas pelo “atrelamento” dos dirigentes sindicais ao sistema corporativo herdado do Estado Novo, tais como, manutenção no controle dos sindicatos e recompensas (seletivas) pela militância, tornaram-se o ponto de partida para as críticas dos dirigentes ligados ao Novo Sindicalismo. Independentemente das diferenças e semelhanças entre os dirigentes sindicais identificados pejorativamente como “pelegos” e os auto-denominados “autênticos”

ligados ao Novo Sindicalismo, sobressai, a disputa por recursos, utilizando-se de mecanismos diferentes. Se entre os dirigentes “atrelados” o acesso, às recompensas passaram obrigatoriamente pela ligação com a estrutura do Estado, para os dirigentes do emergente Novo Sindicalismo a politização e a multiposicionalidade militante compensaram ao menos parcialmente a recusa por esse atrelamento. O conflito ideológico entre os dois “tipos” de dirigentes foi produto de uma disputa no próprio meio militante, pela definição dos recursos em disputa. A objetivação desse conflito serviu para respaldar a legitimação dos dirigentes do “Novo” Sindicalismo.

A militância sindical, por si só, não garantiu as condições para a notabilização. A ocupação de cargos na estrutura organizacional do sindicato foi uma condição *sine qua non* para garantir melhores condições nessa militância. A militância na fábrica, além, do cargo funcional exercido mostraram-se importantes, sobretudo, para os dirigentes que militaram ao fim da conjuntura crítica. Em se tratando de indivíduos com poucos recursos sociais de origem, caracterizados como oriundos de famílias com poucos recursos, pais e mães com baixa escolaridade, foi necessário identificar os elementos de diferenciação, que permitiam a uns e não a outros ascenderem na estrutura hierárquica da militância.

A estrutura organizacional do sindicato foi instrumental para a militância na conjuntura crítica e, foi fundamental para cada um dos dirigentes que ocupou cargo no sindicato. As assimetrias de poder podem ser mensuradas pelo controle dos cargos e pela capacidade de constituir-se como militante. Apesar do controle e uso diferenciado dos recursos, as relações de poder foram mediadas pela construção de um processo de identificação coletiva que foi tributária de diversos processos simultâneos. Entre eles, podemos destacar a organização de congressos sindicais, especialmente, no pós-1974 que carregavam algumas demandas políticas. Além disso, destacamos a mobilização pelos 34,1% em 1977 e as greves dos anos seguintes. A identificação coletiva desses militantes serviu durante a conjuntura crítica não apenas para mantê-los permanentemente mobilizados, mas também para ocultar às assimetrias na conquista dos recursos.

A conjuntura crítica do final dos anos 1970 e que se estendeu até pelo menos a metade dos anos 1980 foi rica na promoção e produção de causas, demandas e interesses. Obviamente que por detrás dessas bandeiras, inúmeros militantes de vários

matizes se organizavam. A mobilização deflagrada pelos dirigentes do SMABC ultrapassou muito a das demais lideranças, produzindo relações com uma miríade de militantes de movimentos sociais e alguns políticos ligados ao MDB e a outras organizações que se encontravam na clandestinidade. A excepcionalidade do contexto político deu a esses militantes, notadamente os dirigentes do sindicato, espaço na grande imprensa. Esse processo foi incrementado pela adesão a “causas” tão abrangentes, como a Anistia e das Diretas Já. Foi, entretanto, através da luta contra a ditadura que esses dirigentes conquistaram os recursos que os distinguiram posteriormente. Várias lideranças alcançaram destaque a partir da militância no SMABC, em particular, o presidente do sindicato naquele período, Luís Inácio da Silva. Entretanto, não se tratou do único, nem naquele contexto, nem tampouco ao longo do tempo. A reestruturação partidária do final dos anos 1970 contemplou a criação de um Partido dos Trabalhadores que teve como núcleo de fundadores, justamente essas lideranças sindicais oriundas do SMABC. Quatro anos mais tarde, seria ainda criada a Central Única dos Trabalhadores. Se alguns dirigentes adquiriram distinção por conta da militância na conjuntura crítica, para os demais, a passagem pelo SMABC, CUT e PT não se deu de forma direta, senão mediada pela reconstrução permanente dos objetivos dessas organizações, pelo realinhamento de seus interesses, pela conquista de recursos. Foi através da politização (LAGROYE, 2003) que esses dirigentes do pós-1984 conseguiram compensar o fato de não militarem em uma conjuntura crítica.

O engajamento e a militância em uma causa implicaram na adesão a uma organização formal, cuja existência, era controlada pelo Estado através de suas agências, no caso, o Ministério do Trabalho e as delegacias regionais do trabalho. A militância através de uma organização formal implicou em possíveis sanções e, no limite, penalização. Em inúmeras oportunidades isso foi visível, em momentos de intervenção no sindicato como ocorrera em 1980 e 1983 ou na prisão dos dirigentes em 1980. Esses casos extremos servem para ilustrar os limites para o engajamento e porque não dizer como causa do desengajamento. Em uma organização formal os militantes não são invisíveis, logo, foi necessário identificar as variáveis explicativas para favorecer o engajamento e, em caso contrário que estimulassem o desengajamento. Para um caso e outro, as variáveis que tratavam da militância no interior da organização apontaram para as assimetrias no controle dos recursos. Indivíduos que não

controlassem recursos não permaneceriam ligados efetivamente a militância ou ocupariam um espaço residual na organização. Diferentemente, indivíduos melhor posicionados na hierarquia da organização e que, antes disso, possuísem melhor formação técnica e conseqüentemente melhor cargo funcional teriam tido melhores e maiores chances de permanecer militando. As condições e o tempo para essa militância estão diretamente relacionados com essas variáveis.

A fundação do PT em 1980 e da CUT em 1983 garantiu mais duas organizações relevantes para a militância dos dirigentes egressos do SMABC. Não houve jamais uma normativa em relação ao sentido unidirecional dessa militância, contudo, a quase totalidade dos casos expressou uma trajetória que iniciou com a militância em uma das estruturas de militância no interior das fábricas (cipas, comissões de fábrica). Gradualmente passaram pela ocupação de cargo no SMABC, integrando a CUT nas suas diversas esferas organizacionais e compondo o PT na condição de “eleito” ou de recrutado para cargo de confiança. As particularidades para cada um desses cenários dependeram de uma série de fatores, dentre os quais, o tipo de cargo ocupado dentro do sindicato, os capitais militantes que justificassem uma passagem a Central Sindical e finalmente a capacidade de reverter esses capitais para a militância político-partidária. Essa militância não ocorreu de forma escalonada, mas de forma simultânea nas três organizações. Na quase totalidade dos casos, os dirigentes do SMABC vincularam-se e militaram na CUT e no PT, embora haja poucos casos de dirigentes que militaram em outras centrais sindicais e em outros partidos políticos. Boa parte da explicação para isso residiu nas disputas internas de poder e nos pertencimentos prévios dos dirigentes a outras organizações políticas. Seja como for, a estruturação dessa militância a partir desse múltiplo pertencimento os caracterizou como militantes multiposicionais.

A dinâmica particular de cada conjuntura, a politização de temáticas sociais, a multiposicionalidade militante, os processos de identificação e a estrutura de retribuição do militantismo sempre foram conexos. O fim da conjuntura crítica não representou a descontinuidade para os militantes no SMABC; representou a reconfiguração em seus repertórios de mobilização, a re-significação de seus lemas, *slogans* e bandeiras. A capacidade de redefinir objetivos, demandas e incorporar “novos” expedientes e “novas” estratégias foi o marco da legitimação desses dirigentes. A identificação desses

militantes jamais foi cristalizada, antes pelo contrário, foi interminavelmente negociada e, embora, possamos adjetivá-la a partir de determinados qualitativos, tais como, “autêntica”, ela nunca se limitou a essas fronteiras. Prova disso é que durante a conjuntura crítica a posição alcançada pelos dirigentes do sindicato os levou a um reconhecimento público inédito e a própria “limitação” da identidade constituída para garantir o movimento mobilizatório precisou ser ampliada. Foi, considerando a capacidade de requalificar os objetivos iniciais que procuramos demonstrar a forma como esses dirigentes, independentemente do contexto de sua militância, conquistaram recursos que definiram sua trajetória militante. Essa capacidade de reinventar a própria militância em diferentes cenários garantiu as condições de seus múltiplos pertencimentos.

Tomando como referência essa problemática, compilamos os dados referentes a 272 dirigentes que atuaram no SMABC entre os anos de 1972 e 2005. Nosso universo de pesquisa englobou a quase totalidade dos dirigentes que militaram no sindicato no período. Algumas opções metodológicas foram realizadas, dentre as quais, a diferenciação entre os dirigentes eleitos e aqueles que, em razão, de derrota nas eleições sindicais ficaram sem cargo. O objetivo nesse caso foi o de testar a importância do acesso aos cargos nas condições de engajamento dos dirigentes. O segundo recorte empírico foi utilizado primordialmente para atender esse objetivo. A análise demonstrou, comprovando a hipótese, de que a continuidade na militância sindical, dependeu fundamentalmente do controle sobre os cargos. Muito mais do que isso a ocupação de cargos no sindicato refletiu a própria hierarquização no controle e uso dos recursos conquistados, ou seja, dirigentes que controlavam os cargos do topo da hierarquia tiveram as melhores condições para levar adiante suas estratégias.

Outra opção metodológica foi àquela adotada de investigar além do período da conjuntura crítica, a fim de testar as diferentes possibilidades ofertadas por cada conjuntura, bem como dos recursos em disputa em cada uma delas. Dessa forma distinguimos entre os dirigentes que militaram durante a conjuntura crítica e aqueles que militaram após o ocaso da ditadura civil-militar. Para o primeiro período foram destacados 114 casos e para o segundo período tivemos um total de 157 indivíduos em possíveis disputas eleitorais. O objetivo nesse caso era o de determinar de que forma os indivíduos reestruturaram os objetivos, as causas e os interesses em cada “novo” contexto.

Os concorrentes eleitos no período da conjuntura crítica experimentaram condições diferenciadas que lhes permitiram destacar-se em meio a um ciclo de protesto. Derivada dessa exposição pública inédita, as condições de sua notabilização fundamentaram a fundação de um partido político, o PT e de uma central sindical, a CUT. Essa tríade organizacional (SMABC, CUT e PT) representou pontos de passagem nos itinerários militantes desses dirigentes. Para os dirigentes que engajaram naquele contexto e seguiram na militância sindical ou que engajaram mais tarde no sindicato, cada período, cada “nova” situação serviu para definir os limites de sua trajetória. Evidentemente a hierarquização na estrutura de cargos do sindicato e as relações construídas na militância foram determinantes para definir esses limites. Com a ampliação do meio militante, com a fundação de duas novas organizações, outros fatores passaram a pesar nas condições desse “trânsito” entre as elas, como podem ser citados: as redes de relações, o saber técnico (*expertise*) e a defesa de causas particulares.

A análise dos casos a partir dos dados obtidos seja pela literatura consagrada, seja pela própria problemática nos permitiu avançar tanto na compreensão do objetivo central dessa pesquisa, quanto na identificação de perfis que serviram para explicitar as características mais marcantes na militância desses dirigentes. Foram 21 variáveis investigadas a partir dos dados coletados. Parte dessas variáveis pretendia dar conta da investigação de questões que se mostraram relevantes, tais como gênero, origem e data de nascimento. Os dados nos permitiram identificar determinadas características na população investigada e questões consideradas esgotadas pela literatura sobre militância sindical foram revisitadas. Enfim, essas variáveis contribuíram para contextualizar a militância desses dirigentes ressaltando as características mais valorizadas segundo cada contexto. Outras variáveis como de socialização política, engajamento e desengajamento, foram esclarecedoras das múltiplas influências que esses dirigentes sofreram ao longo da vida e que apareceram como relevantes para seu engajamento ou não e para suas estratégias enquanto militantes.

Dentre o conjunto de variáveis destacadas contamos com aquelas que nos permitiram observar a aquisição de capitais militantes. Essas variáveis foram representadas pela eleição para o SMABC, pelo resultado dessa eleição, pelo cargo ocupado na estrutura organizacional e pela continuidade ao longo das diretorias na ocupação de cargos relevantes ou não. As assimetrias de poder na hierarquia do

SMABC, embora, ocultadas por uma forte identidade coletiva, estavam diretamente ligadas à passagem e ocupação de cargos e maiores retribuições da militância por parte daqueles militantes multiposicionais melhor colocados nessa hierarquia. Essas distinções e diferenças construídas foram produzidas pela diferenciação interna e pelas diferentes conjunturas e conformaram todo o espectro onde recursos foram disputados, conquistados e utilizados para legitimar a militância em outros cenários. As variáveis utilizadas para apreender as possibilidades abertas para os dirigentes de conquistar esses recursos puderam ser discriminadas em questões abrangentes, como a notabilização na conjuntura crítica, a repressão sofrida ou não, o papel desempenhado na fundação do PT e da CUT e os cargos ocupados em uma ou outra dessas organizações. Essas variáveis, ademais permitiram identificar os “movimentos” trans-organizacionais desses militantes, os sentidos e vetores de suas mudanças em termos de predominância de um tipo de militância (sindical, político-partidária) sobre outro.

A análise dos dados garantiu ainda as condições para que identificássemos três diferentes perfis para os itinerários militantes dos dirigentes. A característica principal de cada perfil é o de considerar o espaço prioritário de militância de cada dirigente e a relação desse espaço com os recursos detidos e utilizados. O primeiro perfil foi denominado de “militância da organização” e tratou do engajamento e do controle de cargos na organização, do melhor posicionamento na estrutura da organização. Esse perfil resultou da composição de uma série de variáveis e evidenciou uma militância que prioritariamente se desenrolou dentro da organização. Geralmente se tratou de dirigentes que ocuparam cargos de menor relevância e concentraram e mobilizaram menos recursos, aliás, eles próprios obtiveram poucos “recursos” ao longo da trajetória militante. Por todas as razões, o processo de identificação com a organização foi reforçada, a ponto de, ainda que se trate de militantes multiposicionais, sua militância ocorrer primordialmente no sindicato.

O segundo perfil foi o que denominamos de “militância político-sindical” e se referiu aos dirigentes que constituíram seu itinerário a partir de uma militância efetivamente sindical com passagem pelo sindicato e por centrais sindicais, referendados por recursos escolares e conhecimentos técnicos ou pela defesa de causas específicas. Aqui fizemos uma distinção, entre os dirigentes que possuíam recursos suficientes para essa “passagem” para a central sindical em condições amplamente

favoráveis, inclusive tendo anteriormente ocupado o cargo de presidente do SMABC, e aqueles que passaram a militar em centrais contando com o tipo de recurso descrito acima. Um e outro caso puderam ser distinguidos quanto ao “destino final” identificado em sua trajetória: os primeiros, os cinco presidentes do SMABC que percorreram esse trajeto, tiveram na passagem pela CUT um recurso que os credenciou a uma passagem exitosa para a militância político-partidária, com a ocupação de cargos eleitos e/ou cargos de confiança no executivo federal. Os outros, por mais que fossem filiados a partidos políticos, majoritariamente no PT e fossem militantes multiposicionais, permaneceram na CUT atuando especificamente em um eixo de atuação da central sem deixar a militância sindical como espaço privilegiado de atuação.

O terceiro perfil denominado de “militância político-partidária” foi subdividido em dois, um tratando especificamente da conjuntura crítica e outro tratando dos dirigentes que militaram no pós-ditadura civil-militar. Essa distinção atendeu a uma diferenciação entre as possibilidades de conquistar recursos em uma e outra conjuntura. Os dirigentes enquadrados nesse perfil foram aqueles que tiveram uma militância marcada por passagens pelo sindicato e que após rumaram para uma militância político-partidária. Obviamente há numerosas diferenças entre esses dirigentes, dependendo do tipo de recursos detidos, do capital militante de cada um. A forma de recrutamento para ocupação de cargos (eleitos ou cargos de confiança) já foi um indicativo dessas diferenças.

Cada um dos perfis identificados esboçou uma série de características que puderam ser investigadas e discutidas. Cada perfil analisado evidenciou as assimetrias no controle na posse dos recursos em disputa em cada cenário. A própria condição de militante demonstrou gradações identificáveis segundo a inserção de cada um e a ênfase na militância (sindical ou político-partidária). O processo de identificação pode ser definido como resultante de uma intrincada e complexa combinação entre a identidade saliente (McADAM; PAULSEN, 1993) e a identidade estratégica (COLLOVALD, 1988), mediada sempre pelo espaço de inserção do dirigente. Na militância no sindicato, sinalizar com a identificação construída durante a conjuntura crítica serviu para reafirmar a militância denominada “autêntica” em contraposição a todos os outros militantes sindicais. Na CUT ou em outra central sindical essa identificação proveria o dirigente de um recurso de distinção, o de uma identidade que tem relação direta com

um engajamento ético, abnegado, comprovado pela militância em uma “causa”, mais do que em uma organização sindical. É inegável, como pudemos observar, em nossa análise que a CUT não foi uma mera extensão do SMABC, sobretudo, se considerarmos sob o ponto de vista da identidade coletiva. Essa identificação coletiva compartilhada apareceu de forma ainda menos determinante para esses dirigentes quando militando na política partidária. Outros recursos definiram os critérios de inclusão e exclusão e as posições na organização partidária. A identidade estratégica (COLLOVALD, 1988, p. 40), como foi abordado permitiu abarcar todo o conjunto de características que esses dirigentes incorporaram, seja na conjuntura crítica, em causas como a luta contra a ditadura ou no pós-ditadura civil-militar em causas como da mulher ou do afro-descendente. Não apenas as conjunturas marcaram os dirigentes, como os dirigentes imprimiram em cada conjuntura uma tentativa permanente de construir demandas, de reagir aos acontecimentos econômicos.

A militância dentro de uma organização formal deve ser pensada em termos de divisão do trabalho militante. Nem todos conquistaram uma posição proeminente que assegurasse tornarem-se reconhecidos pelo grupo e nem todos estavam posicionados na hierarquia nas mesmas condições. Questões aparentemente irrelevantes ou até mesmo que desestimulariam o engajamento apresentaram-se como centrais em qualquer um dos perfis investigados, como fora o caso da escassez de recursos sociais de origem e da expressividade do cargo funcional. Entretanto, essas foram condições, que dinamizaram a militância, exatamente por permitir um engajamento com menores custos. Outras questões já consolidadas na literatura, como socialização, apareceram com destaque, sobretudo, nas trajetórias dos dirigentes que deixaram a militância sindical no sindicato e foram recrutados para a direção da CUT e do PT. A socialização anterior na igreja, nas pastorais ou em outras organizações, conferiu um sentido de “dever” maior a causa defendida por esses dirigentes. As diversas passagens que acenavam nesse sentido apareciam como tentativas de demonstrar a universalidade das pretensões dessa militância.

Analisamos casos exemplares para cada um dos perfis, investigando as trajetórias militantes desses dirigentes e as variáveis consideradas relevantes para cada um dos perfis. A análise mais pormenorizada permitiu observarmos a distribuição desigual dos recursos da organização na forma de recompensas para a militância e a

maneira como isso afetou a trajetória dos dirigentes. O peso desses recursos foi fundamental para favorecer a mobilidade desses dirigentes, em se tratando de uma estrutura militante multiposicional. Se os recursos de origem foram irrelevantes, como se sustentava previamente para explicar a mobilidade, para a ascensão a cargos e, conseqüentemente as maiores ou menores possibilidades de obter retribuições da militância, outros aspectos, mostraram-se relevantes. O fato de possuírem cargo no sindicato, independentemente da conjuntura, por si só, ampliou consideravelmente as possibilidades de inserção nas outras organizações. Ainda assim, a assimetria nas relações de poder e de controle dos recursos produziram “novas” e importantes diferenciações, com a incorporação de recursos escolares, experiências no exterior, promoção de causas diversas, etc. A partir dessa constatação foram analisadas as trajetórias militantes de todos os presidentes do SMABC para o período cronológico destacado nessa pesquisa. Por tratarem-se dos dirigentes melhor posicionados na estrutura organizacional do sindicato, que concentravam a grande parte dos recursos as trajetórias dos ocupantes do cargo de presidente forneceram indicativos tanto dos meios de politização, quanto das possibilidades abertas pela multiposicionalidade.

Diante do exposto é necessário pensar as expectativas e as retribuições para a militância em uma organização e, sobretudo, através da multiposicionalidade militante como um conjunto de possibilidades desiguais. Cada dirigente contou com recursos diferenciados, com contextos distintos e, como decorrência disso, com condições diferenciadas para sua militância. A militância no sindicato proporcionou, por um lado, recompensas em identidade coletiva, difíceis de mensurar e, por outro lado, recompensas materiais de várias ordens, isto é, benefícios mais palpáveis, a partir dos quais, pudemos observar os conflitos em torno desses recursos limitados. O fato de estar fora da fábrica por si só deve ser encarado como a primeira e menos visível de todas as recompensas pelo militantismo. Por mais que ao longo da pesquisa, essa situação aparecesse como resultante da doação à causa, não houve de forma alguma desconhecimento por parte dos investigados das vantagens oriundas desse engajamento. Condições diferenciadas para organizar o tempo, possibilidade de estudar, bolsas de estudo, viagens, ascensão econômica, melhores condições ofertadas aos filhos, enfim, um conjunto bastante amplo de recompensas percebidas como resultado da trajetória militante.

Como vimos, toda a estrutura de diferenciação dependeu da construção e significação de recursos que simultaneamente servissem para “marcar” a diferença em relação a outros militantes e legitimar a condição de porta-voz. A própria dinâmica da multiposicionalidade militante foi resultado das disputas das retribuições da militância. Ao fundarem duas organizações os dirigentes do SMABC simultaneamente procuravam reduzir as tensões pelas disputas no SMABC e constituíam meios para retribuições ainda maiores para a militância. Conforme salientamos as recompensas para o militantismo dependeram da estrutura desigual de controle de recursos e que puderam ser observadas nas trajetórias militantes dos dirigentes. A multiposicionalidade militante a partir de bi-dimensionalidade das arenas (sindical e político-partidária) em que os dirigentes militaram não apenas gerou expectativas distintas, mas também, diferentes retribuições. Em termos gerais foi através da capacidade de transitar de uma organização para outra que os dirigentes sindicais extraíram boa parte das retribuições para sua militância. De qualquer forma foi sempre o “sacrifício” e a dedicação a “causa” que foram apresentados, restando para as retribuições, não a ocultação, como esperado, mas o reconhecimento de seu valor e a constatação de serem uma “antecipação” de “investimentos” realizados ao longo do tempo.

### **Considerações finais**

As conclusões dessa pesquisa destacam a forma como os recursos obtidos na militância foram reconvertidos em outros contextos de militância. A multiposicionalidade militante é um mecanismo de inserção social em diversas esferas simultâneas, mas a reconversão desse tipo de capital simbólico (militante), não pode ser visto, apenas pela sua instrumentalização e racionalização nas diversas trajetórias possíveis. A carreira militante de indivíduos inseridos em organizações dependeu não apenas dos recursos obtidos, mas dos diversos investimentos realizados. As possibilidades abertas pela multiposicionalidade militante são a expressão de fronteiras pouco rígidas no reconhecimento de lógicas específicas para cada meio militante. O fato de termos advertido da inexistência de *campos*, não significa que os recursos obtidos em uma militância fossem automaticamente reconvertidos em outra forma de militância (por exemplo, a político-partidária). Como demonstramos ao longo da pesquisa, isso só

ocorreu mediante uma série de artifícios e “construções” diretamente ligados a cada trajetória militante pautadas pela capacidade dos militantes de invadir o discurso político com “interesses” e causas re-significadas. Esse mecanismo de politização (LAGROYE, 2003) referendou em todos os momentos as passagens de dirigentes melhor posicionados na estrutura organizacional, para ocupação de cargos e postos nas outras organizações, favorecendo através da ampliação de seu capital militante as várias dimensões da retribuição para seu militância.

A investigação dos aspectos formais da multiposicionalidade militante expressa no mapeamento dos pertencimentos e passagens por organizações permitiu identificarmos as lógicas das reconversões que presidiram as diversas “transgressões” da ordem instituída. A título de pesquisas futuras, concluímos que análises que enveredem pela análise das dinâmicas dos pertencimentos não-formais esclareceriam aspectos adicionais a respeito do impacto da rede de relações na construção de trajetórias militantes marcadas pela multiposicionalidade e pela politização. Adicionalmente, um exame mais acurado das diversas organizações que compunham essa estrutura multiposicional permitiria identificar o peso e o valor relacional de cada recurso, de cada investimento, bem como as possibilidades de seu uso ou abandono.

### **Bibliografia**

COLLOVALD, A. Identité(s) strategique(s). **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, (73), juin, 1988. p. 29-40.

GAXIE, D. Rétribution du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**, v.11, n.1, 2005.

LAGROYE, J. Les processus de politisation. In: LAGROYE, J. **La Politisation**. Paris: Belin, 2003.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant. Essai de définition. Le Seuil, **Actes de la recherche em Sciences Sociales**. n. 155, déc 2004. p. 5-11.

McADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the relationship between social ties and activism. **AJS**, v. 99, n. 3, nov. 1993. p. 640-667.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico**: o espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1994.



TILLY, C. **Contention and democracy in Europe, 1650-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.